

A PROMOÇÃO DE DIREITOS A PARTIR DA JUVENTUDE ECUMÊNICA: DIÁLOGOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COM A DIVERSIDADE

Edoarda Sopelsa Scherer¹
Eliane Fontana²

Resumo: Este breve estudo busca apresentar a articulação atual da juventude ecumênica, fruto da trajetória histórica do movimento ecumênico. A partir do protagonismo juvenil se ressaltam definições do ecumenismo de acordo com a compreensão e da contribuição da juventude em diferentes experiências e espaços sociais. Apresenta-se a relação do movimento ecumênico frente à motivação para incidência pública, enfatizando quais as contribuições da juventude ecumênica no atual cenário democrático no Brasil, por meio da participação política, conselhos, comitês, fóruns e redes, visando à construção de políticas públicas. Ainda pontua as atuais pautas sociais no campo político, social e religioso, como seus principais desafios. O método utilizado será o bibliográfico

Palavras chave: movimento ecumênico, juventude ecumênica, direitos humanos, protagonismo, políticas públicas.

Abstract: This brief study aims to present the current formation of ecumenical youth, which comes from the historical background of the ecumenical movement. From youth leadership are highlighted definitions of ecumenism according to the understanding and contribution of youth in different cultural experiences and spaces. This study shows the relationship from the ecumenical movement for the motivation for public impact, emphasizing the contributions from the ecumenical youth in the current democratic scenario in Brazil, through political participation in councils, committees, forums and networks in order to build public policies. Also points to current social agendas in the political, social and religious field, as its main challenges. The method used will be A bibliographical research

Key-words: ecumenical movement, ecumenical youth, human rights, leadership, public policies

1 Introdução:

Observa-se que democratização do País, após a constituinte de 1988, possibilita vários mecanismos de participação social. O presente artigo intui reconhecer a participação protagonista da Juventude Ecumênica, formada por várias

¹ Acadêmica de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário Univates. Coordenadora da PASUNE (Pastoral Universitária Ecumênica). Facilitadora Regional do RS da REJU - Rede Ecumênica da Juventude. Membro Suplente do Comitê Nacional de Respeito a Diversidade Religiosa/ Secretaria de Direitos Humanos/ Presidência da República. duda7_scherer@hotmail.com

² Doutoranda do PPG-Doutorado UNISC. Mestre em Direito pelo PPG-UNISC. Professora da Faculdade de Direito no Centro Universitário UNIVATES em Lajeado-RS. Membro do Grupo de Pesquisa Comunitarismo e Políticas Públicas, vinculado ao CNPq. Advogada. Contato: eliane.fontana859@gmail.com

vozes, crenças, causas e lutas, juventudes de variadas regiões do Brasil as juventudes fazem eco comum na concretização de ideias frente ao respeito à alteridade. Ainda, busca-se pautar a contribuição à democracia, por meio da trajetória histórica de instituições e organizações de caráter ecumênico, oriundas de distintos contextos religiosos, que a partir de sua motivação de fé, buscam pela justiça e promoção da paz se faz por meio da incidência pública.

Diante do panorama brasileiro, se questiona o papel da juventude ecumênica na política, quais seus espaços de participação, conquistas e desafios? Convém dar repostas se esta parcela da juventude está afastada, sendo apenas representados por outra geração, ou se atualmente, estes jovens são atores de espaços democráticos.

De forma corriqueira e equivocada, estruturas e conceitos estabelecidos ainda colocam o jovem a margem social, considerando um potencial problema. É necessário que as iniciativas em prol da juventude, sejam mais que nunca, reconhecidas e evidenciadas pela comunidade acadêmica, jurídica, e pela sociedade, para que possam se romper com preconceitos e reavaliar as atribuições conferidas às juventudes, às colocando como sujeitos e lideranças do presente e que a muito contribuirão à história do Brasil.

A partir disto, se apresenta de forma sintética a relação histórica do movimento ecumênico com a incidência pública no cenário brasileiro; passando a reportar o envolvimento do ecumenismo com a juventude e como a promoção de direitos se faz a partir do protagonismo juvenil; por fim ressaltar as atuais conquistas e desafios da Juventude Ecumênica frente à construção de políticas públicas e sua participação em diferentes cenários democráticos.

Os instrumentais técnicos equivalem ao uso de material bibliográfico e documental. Fundamenta-se o estudo a partir de artigos e estudos correlatos à juventude, ecumenismo e direitos humanos, com legislação específica, o Estatuto da Juventude e resoluções internacionais.

Quanto ao modo de abordagem, o método do artigo será o dedutivo, o qual, de acordo com Mezzaroba e Monteiro (2009), parte de fundamentação genérica para chegar à dedução particular, fazendo com que as conclusões do estudo específico geralmente valham para o caso em particular, sem generalizações de seus resultados. Também serão utilizados métodos auxiliares, como o histórico,

pautado na dimensão histórica do objeto investigado, considerando, não só o fenômeno atual e passado, mas também este fenômeno em relação ao seu contexto histórico atual e em relação ao seu contexto pretérito. Assim, passará a ser considerado o resultado da trajetória do movimento ecumênico, ressaltando a participação política e protagonista da juventude ecumênica atual, integrada a diversidade do contexto brasileiro.

2 O movimento ecumênico e a incidência pública:

A atualidade é marcada por abismos sociais e caracterizada pela complexidade de demandas frente garantia proteção de Direitos já conquistados que carecem de efetivação. Neste contexto, o Estado democrático possibilita mecanismos de amparo e tutela à população. Surgem recentemente parcerias entre governantes e governados frente às pautas relacionadas aos desafios dos direitos humanos. Observa-se que:

Na dinâmica social, a luta por direitos é uma construção histórica. São conquistados por aqueles e por aquelas que vivem situações de opressão, invisibilidade social e violação, por isso sua ênfase não está na caridade ou na filantropia, mas no protagonismo e na autonomia das pessoas, grupos e classes sociais (BRASIL, 2013, p.11)

Como objeto de estudo, observa-se a articulação da juventude ecumênica, resultado da trajetória histórica do movimento ecumênico, que articulada comunitariamente e a nível representativo em diferentes seguimentos como social, político e religioso, propõe a incidência pública, através da efetivação de políticas públicas que visam à proteção e efetivação dos Direitos Humanos.

Como definição conjunta aos Direitos Humanos é necessário aliar as garantias das denominações dos DHESCA Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. São os Direitos Humanos em seu conjunto de caráter Universal, indivisível e independente. Além de um termo político é simultaneamente jurídico e, político e utópico, Brasil (2013).

Na perspectiva histórica, a divisão dos Direitos Humanos em Direitos Civis os Direitos Sociais. Os Direitos Civis são caracterizados pelas liberdades democráticas: direito ao voto, à informação, a inviolabilidade de moradia, respeito à diversidades sociais, raciais e de gênero. Os Direitos Sociais dizem respeito a demandas básicas como alimentação, água, vestuário, saúde, educação, assistência social, moradia,

trabalho, seguridade social, acesso a cultura e lazer e ao desenvolvimento sustentável, um meio ambiente saudável (BRASIL, 2013, p.17).

No campo ecumênico, tais ideias são comuns uma vez que potencial do ecumenismo traduz o reconhecer da alteridade. O respeito à diferença do outro, como forma de potencializar forças para a construção de uma casa comum (*oikumene*), como um imenso jardim chamado planeta Terra:

Isto é fazer ecumenismo, no sentido mais profundo do termo: lutar para que a nossa casa comum (*oikumene*) seja realmente habitável para todos os povos. Faz ecumenismo quem luta por dignidade, quem defende os direitos dos grupos empobrecidos, quem exige e promove a justa partilha dos bens (*oikos-nomia*), quem trabalha pela preservação do meio ambiente (*oikos-logia*). (SCHINELO, 2008, p. 8)

É possível reconhecer que a prática ecumênica se faz ao colocar a casa em ordem, em um sentido literal, por meio de ações. Assim a palavra grega, *oikos* – casa – está na raiz de muitos termos utilizados corriqueiramente como ecologia, economia, etc.

Relaciona-se o potencial do ecumenismo as ideias de Zarka (apud TEIXEIRA, 2013, p. 204) que pontua como um principal problema enfrentado pela democracia atualmente, inexistente em outras épocas:

[...] ter que acolher populações que não são culturalmente homogêneas, pois se constituíram em contextos sociais notadamente multiculturais, ou são originárias de imigrações vindas de países antigamente colonizados, de regiões do mundo em conflito ou de locais marcados pela chaga da miséria.

Como atores do ecumenismo surgem em primeiro plano as Igrejas cristãs históricas. A trajetória o movimento ecumênico possui como marco divisório a Conferência Internacional de Missão, Edimburgo, realizada na Suécia em 1910. Dentre seus objetivos de promoção no diálogo teológico e no relacionamento de acerto de questões de doutrina já se projetava a evangelização para uma justiça no relacionamento entre povos e raças e sua contribuição para a promoção da paz (MOTA, 2008, p.29). Importante registrar que mesmo antes da Conferência de Edimburgo a Juventude sinaliza sinais de articulação ainda em 1895 com a criação da WSCF (*World Student Christian Federation*) - FUMEC (Fundação Universal dos Estudantes Cristãos).

Na América Latina, durante o contexto da primeira guerra são fortes as tensões entre católicos e protestantes. Há pressão evangélica norte americana exigia mecanismos de diálogo além do amparo e estrutura missionária da Igreja Católica Apostólica Romana. O cenário reclamava por maior participação das Igrejas

na sociedade e uma cooperação na promoção da unidade. A aproximação das Igrejas protestantes ocorreu em 1925, com o Congresso de Montevideu (MOTA, 2008, p. 31).

Passada a tragédia da segunda Guerra Mundial se presencia, na América Latina, entre o período de 1949 a 1969, a realização do CELA I – Conferência Evangélica Latino Americana – (em Buenos Aires, Argentina), CELA II (1961, Lima Peru), CELA III (1969, Buenos Aires, Argentina). Dentre as conquistas em 1949 é aprovada Declaração Universal dos Direitos Humanos – adotada em 1948, Paris - pela ONU (Organizações das Nações Unidas Criadas em criada em 1945). Neste contexto a participação de organizações de caráter representativo ganhava maior relevância em dar voz e suscitar demandas a quem não era ainda não era reconhecido.

No mesmo período, destaca Mota (2008) que o Concílio Vaticano II e a Conferência Episcopal Latino-Americana promovem um novo relacionamento entre católicos e protestantes intuindo motivar a cooperação diante dos grandes problemas sociais, políticos e econômicos da América Latina. Surge o cenário da Teologia da Libertação. Concretizam-se os atores fundamentais do cenário ecumênico atual: os leigos, o povo.

A Teologia da Libertação reforça que a ação e a missão evangelizadora não ocorrem de maneira isolada à ação dos povos, pelo contrário, compreende um processo que necessita serem protagonizado pelos sujeitos excluídos, aqueles e aquelas que carecem das condições básicas não são apenas coadjuvantes da história, mas assumem autonomia diante da realidade para a sua transformação social. Como Destaca Boff (2013, p.34):

[...] a alma secreta de cada povo, de cada cultura [...] reside na religião. É por ela e não por ideologias, ou princípios éticos isolados que as grandes maiorias da humanidade se orientam, iluminam as suas vidas e são sentido ao sofrimento e à sua morte [...] qual é cimento que confere consistência a uma sociedade? A missão de uma religião ou caminho espiritual é [...] realimentar a percepção que as coisas não estão jogadas aleatoriamente, mas que tudo está interconectado [...]

Assim, se trata de uma mobilização popular articulação comunitária, local, denominada de base:

As comunidades eclesiais de base, no Brasil, se apresentam, neste contexto, como grupos de bairros periféricos que contavam com uma gama enorme de necessidades vitais não atendidas – como problemas de infraestrutura básica de água, pavimentação, atendimento médico, salários insuficientes, etc. – e que se reuniam na perspectiva de uma práxis cristã localizada. (VIEIRA, 2012, p. 62).

Os indivíduos passam a se portar e compreenderem-se como protagonistas, conforme destaca Vieira (2012) lideranças da trajetória política reconhecidas no Brasil, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central única dos trabalhadores (CUT) iniciaram sua participação política em organizações ligadas à teologia da libertação, nas pastorais (Pastoral Operária, a Pastoral da Juventude). É neste mesmo cenário que se a respaldar o processo de educação popular de Freire, onde se acredita que a:

[...] “revolução cultural” toma a sociedade em reconstrução em sua totalidade, nos múltiplos que fazeres dos homens como de sua ação transformadora [...]. A reconstrução da sociedade, que não se pode fazer mecanicamente, tem na cultura que culturalmente se refaz, por meio desta revolução, o seu instrumento fundamental. (FREIRE, 1993, p. 156 apud, ZITKOSKI, 2010, p. 38).

Consolida-se um ideal de identidade latino-americana, resgatando a ideia de “Raízes da Améríndia” que se refere tanto aos povos que não se misturaram biologicamente com os europeus ou africanos, que permaneceram afastadas do processo de colonização, como os que se integram a sociedade cristã/ocidental, mas continuam se identificando como indígenas. Assim, as temáticas ligadas às problemáticas indígenas ganham destaque através do diálogo inter-religioso tanto com as religiões indígenas como com o cristianismo ameríndio sincrético, destacando-se três grandes áreas e universos religiosos: Meso-América; Altiplano e as terras baixas, (CHAMORRO, 2010, p. 55).

Durante o período Ditatorial (1964 – 1986), no Brasil, é pertinente destacar o envolvimento das Igrejas, e organizações ecumênicas que surgem, em determinados setores como resistência. Consolidam-se instituições de caráter ecumênico que permeiam iniciativas de educação no meio popular como CECA (Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria) em 1973, em São Leopoldo, e no nordeste a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço); em 1975 a CPT (Comissão Pastoral da Terra); em 1979 o CEBI (Centro de Estudos Bíblicos). Em 1978 é criado o CLAI (Conselho Latino Americano de Igrejas Oaxtepec/ México); e em 1982 o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) é criado em Porto Alegre e após articula-se em nível Naonal (MOTA, 2008).

A presença de seguimentos juvenis a diferentes esferas que se colocam em oposição frente a violações de liberdade e direitos civis na Ditadura é marcante. No

seguimento religioso Metodista, Anivaldo Padilha (2013), como tanto outros jovens sobreviventes ao período, registra o contexto vivido:

[...] a partir do AI-5, quando a tortura é institucionalizada como método sistemático de interrogatório e instrumento de terror político do Estado, coube ao movimento ecumênico alimentar as redes ecumênicas internacionais com informações sobre o que se passava nos porões da ditadura e denunciar as torturas internacionalmente. Outra contribuição foi à criação de redes ecumênicas de apoio para proteger perseguidos políticos rumo ao exílio.

Importante destacar o que ameaçava, ao olhar de Padilha (2013), as articulações ecumênicas na época:

[...] vieram me buscar novamente. Achavam que eu devia **ser um comunista importante porque tinha relações internacionais, especialmente com o mundo ecumênico**. E, segundo eles, esse era um movimento subversivo. [...] Forçaram-me a tirar minha roupa e me colocaram na “cadeira do dragão”. Uma cadeira revestida com folhas de metal conectadas por um fio a um rádio militar de campanha. Fui colocado no no assento com minhas mãos e pés amarrados. Exigiram que eu desse todas as informações que eu possuía. A cada negativa, o torturador girava a manivela do telefone para aumentar a intensidade dos choques. (grifo nosso)

Porém, reforça o potencial ou ameaça, a um Estado de Exceção, em relação ao que representava um agente ecumênico (grifo nosso):

De madrugada me levaram de volta à cela [...] Eu tinha medo de não conseguir resistir e acabar por revelar nomes e endereços de meus amigos e companheiros. Pela primeira vez na minha vida me via confrontado pela possibilidade real e iminente de morrer. [...] Procurei e não encontrei nada que eu pudesse usar para me suicidar e percebi que nem a opção do suicídio me era disponível [...] Iniciei, então, um processo de revisão da minha vida. Lembrei-me, sobretudo, do meu desenvolvimento pessoal, na Igreja Metodista, baseado em uma espiritualidade encarnada no mundo e nas dores do meu próximo. E que **foi essa espiritualidade que me levou a dedicar-me à solidariedade com os oprimidos e discriminados e à construção de um mundo mais justo, solidário e verdadeiramente democrático** [...] Tomei consciência, nesse momento, de que a minha vida não mais me pertencia pois eu a havia dedicado inteiramente às exigências da minha Fé [...] Eu era fisicamente muito fraco em relação aos torturadores e me perguntava: “*por que usam tanta violência para me dominar*”? [...] até que tudo começou a clarear. **Eu tinha algo mais forte dentro de mim: o amor à Verdade, à Justiça, à Ética, e o compromisso com o povo**, além do apoio de uma imensa comunidade que não se calava diante da tirania nem se deixava dominar pelas forças que haviam usurpado o poder em nosso país. **Os torturadores eram fisicamente fortes, mas moralmente eu era mais forte e tinha condições de resistir.** (PADILHA, 2013, texto digital).

Como vítimas e resistentes ao período ditatorial o movimento ecumênico mantém a memória viva. Resgatam-se os registros de vítimas no projeto “Brasil Nunca Mais” com acervo digital a partir de 2013, que teve como protagonista o

movimento ecumênico com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas; ainda salienta-se a inserção de representantes ecumênicos como Anivaldo no Comitê da Memória e Verdade e em declarações realizadas anualmente por notórias instituições na qual se declara:

Apesar de todo o aparato político, econômico e religioso da ditadura que gerou repressões, censuras, prisões, assassinatos, exílios políticos e sofrimentos foram dados passos significativos em direção à abertura democrática. Conquistamos parcialmente a Anistia [...] O processo constituinte foi iniciado, possibilitando que questões antigas fossem colocadas em debate como a Reforma Agrária, os direitos sociais, os direitos humanos, a soberania nacional com a necessidade de uma auditoria da dívida externa e a ideia do controle social do Estado. Os fatos por si confirmam que nossa democracia é limitada e inconclusa. [...] assistimos a vertiginoso enfraquecimento e criminalização dos movimentos sociais [...]. Os interesses populares são relativizados quando os interesses de grandes grupos econômicos entram em cena. (CONIC, CESE, CLAI e INESC, 2014, texto digital)

Resultado desta trajetória histórica e protagonistas do processo constituinte as instituições ecumênicas mantém o compromisso com a sociedade partindo junto ao diálogo e protagonismo com as juventudes da sociedade contemporânea.

Contudo, ainda somam-se esforços as iniciativas que pretendem formalizar a criminalização dos movimentos sociais. Na medida em que ainda, representantes do poder legislativo tentem introduzir em nossa legislação, através do PLS 499/2012, o chamado “AI 5 da Democracia”, a concepção de “crimes de terrorismo”. Sabe-se que a intenção é coibir a livre manifestação popular (CONIC, CESE, CLAI e INESC, 2014, texto digital)

Em resposta e fruto histórico, da trajetória reforça-se a existência do FE BRASIL ACT Aliança (Fórum Ecumênico do Brasil membro da ACT Aliança) originado a partir do Compartilhar Ecumênico de Recursos (CER Brasil) em 1994, da iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Integra cerca de vinte cinco organizações ecumênicas e confessionais, igrejas e conselhos de igrejas que atuam no país nas áreas de apoio ao desenvolvimento, ajuda humanitária em situações de emergência e incidência pública em defesa de causas. (SCHNEIDER, 2013, texto digital)

Ainda, o fórum é o referente nacional da ACT Aliança, um consórcio global que reúne mais de 100 entidades em torno do mundo e move cerca de USD 1.3 bilhão em recursos destinados diretamente às três áreas de serviço (desenvolvimento, emergência, incidência).

Destina-se a ser um espaço “que busca fortalecer o campo ecumênico, ao promover ações que favoreçam o diálogo entre culturas e promova a justiça, a paz e o equilíbrio ambiental” (PORTAL ECUMÊNICO, 2011, texto digital). Este espaço trouxe novas possibilidades de protagonismo juvenil a nível nacional.

3 Ecumenismo e juventude: a promoção de direitos a partir do protagonismo juvenil

A juventude brasileira possui distintas formas de mobilização. Como segmento crescente observa-se a mobilização da juventude religiosa. Na perspectiva ecumênica, tendo presente a interpretação ampla do que vem a ser o ecumenismo, as juventudes reagem motivadas em torno de seu crer, em prol a defesa da vida. O alicerce, sua essência consolida-se na medida em que as utopias que concretizam em planos reais com a construção de políticas públicas, pautadas nas demandas sociais.

É pertinente registrar, que há variação dos conceitos de juventude e adolescência, que:

[...] indicam fenômenos históricos e sociais (não existem do mesmo modo em todas as épocas históricas e em todos os meios de uma determinada sociedade), com diversidades internas (os segmentos juvenis de uma mesma geração podem ser, em algumas dimensões, tão diferentes entre si quanto de uma geração para outra), mas cujos componentes compartilham elementos culturais e atitudinais comuns, próprios da sua geração. (SCHMIDT, 2000, p.177).

Assim, se destaca a mobilização de uma juventude com limitações próprias das condições da sociedade ocidental moderna, ou das sociedades industriais capitalistas, reforçando que foi este ambiente, que favoreceu as condições em que a adolescência e a juventude se tornaram grupos etários distintos com estilos de vida próprios.

Em uma atitude proativa o protagonismo é compreendido como uma perspectiva para uma participação efetiva dos jovens, Costa (2000) ainda retoma a essência peculiar compreendida como atitude protagonista na qual motiva as juventudes destes contextos:

A palavra protagonismo é formada por duas raízes gregas: *proto*, que significa “o primeiro, o principal” e por *agon*, que significa “luta”. Agorinistes, por sua vez, significa lutador. Protagonista quer dizer então, lutador principal, personagem principal, ator principal. Uma ação é entendida protagônica quando, na sua execução, o jovem é o ator principal no processo de seu desenvolvimento. Por meio desse tipo de ação, o jovem adquire e amplia seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade

de interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto escolar e sócio comunitário. (COSTA, 2000, p.77, apud PERONDI, 2012, p.7)

Diante de tais definições observam-se alguns aspectos centrais, no tocante à juventude, ressaltado pela produção científica nas últimas décadas, no qual mesmo distinguindo-se em diferentes países e meios sociais, aparecem de modo insistente em diferentes espaços sociais:

- a) *transitoriedade*: os jovens, por vivenciarem grandes mudanças psico-físicas-sociais, encontram-se em estado de desequilíbrio interno e externo, o que faz com que nada seja permanente em sua vida; tal situação pessoal influencia seu modo de perceber a realidade social;
- b) *marginalidade*: os jovens estão “à margem”, “inadaptados” ou “por fora” do mundo social; isso se aplica ao mundo do trabalho, ao acesso ao consumo, à inserção nas instituições, ao acesso aos postos de decisão, dos valores e hábitos sociais; esta situação de marginalidade favorece o descompromisso com o sistema social;
- c) *adaptabilidade*: os jovens, como as crianças, são sempre receptivos a novas influências quando colocados em um novo meio social, assimilando novos hábitos e atitudes inconscientes;
- d) *potencialidade de mudança*: os jovens não são progressistas nem conservadores por natureza, eles são uma potencialidade pronta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos, que pode levá-los a apoiar desde movimentos totalitários ou conservadores até iniciativas democráticas ou de transformação social;
- e) *reação contra o mundo adulto*: a busca de autonomia iniciada na adolescência, prossegue no indivíduo jovem, o que o impulsiona a questionar o conjunto da realidade social, identificada com os adultos. (SCHMIDT, 2000, p. 179)

Partindo desta análise, os jovens necessitam, além de tomar ciência do processo de participação e das possibilidades de mobilização, podem e devem se inserir como atores deste processo, construindo a partir de seu olhar um conceito sobre sociedade, política, comunidade, interdependência.

Desta forma, os próprios dilemas e demandas sociais são encarados de outra maneira, a partir de um olhar que não se encontra distante, mas colocado à frente das juventudes, numa atitude de corresponsabilização e enfrentamento das problemáticas atuais. Como coloca Becker (2012) confere-se uma atitude de empoderamento caracterizada pelo estar presente ativo na luta pela reivindicação da própria voz, da própria história e do próprio futuro.

Assim é fundamental à existência deste ambiente, uma educação que possibilite a participação democrática, que tenha a capacidade de promover espaço de sociabilidade e oportunizar o desenvolvimento social e cultural, como a construção da identidade e subjetividades que são capazes de intervir em contextos

de vulnerabilidade ou não, como políticas de intervenção e ação, priorizando o desenvolvimento desta autonomia dos sujeitos envolvidos, Bekcer (2012).

Diante de ideais marcados pela busca de transformação social considerar a participação juvenil ainda é um grande desafio. As instituições e comunidades sociais, como família, escola, Igreja, desconsideram o potencial da juventude enquadrada em modelos padronizados que pontuam papéis e reponsabilidades sócias muitas vez s desconexos com a realidade das juventudes. Como pontua Thomassim (2008) divergindo, considera que “a diversidade tem que ser o motor de nossa criatividade pedagógica no trabalho com as juventudes”. O movimento ecumênico possibilita este ambiente.

Favorecendo espaços de autonomia, e co-responsabilidade, como resultados se encontra um perfil de juventude “comprometida profundamente com a vida comunitária, ciente de seu papel dentro da sociedade, contrapondo-se ao sistema que insiste em desqualificar seu potencial, sua consciência política e sua prática cidadã” (BEKCER, 2008, p. 51). Em vista disto, se destaca algumas das principais articulações de caráter ecumênico e juvenil que possui grande apoio e reconhecimento da articulação ecumênica.

Já citada anteriormente a FUMEC, (Fundação Universal dos Estudantes Cristãos), criada em 1895, persiste em sua caminhada. Com grande força histórica, na América Latina, possui articulação com cerca de treze países. Pautas atuais e um novo olhar quando conceito de ecumenismo reforça-se a ideia de assumir as demandas sociais, motivadas pela interpretação popular do Evangelho. é formada entre grupos representativos nacionais, cada qual, denominado MEC (Movimento Estudantil Cristão) e grupos locais. Dentre as pautas de 2013, assume-se: Eco Justiça: Ecologia, Economia e Ecumenismo; Identidades, Diversidade e convivência democrática e justa; Emergências Desastres Naturais e Crises Humanitárias; Fortalecimento dos Movimentos. (REJU Sul 2013, apud FUMEC, texto digital).

O trabalho da juventude do CLAI (Conselho Latino Americano de Igrejas) articula-se a mais de dez anos em vinte países da América Latina. Há mais de dez anos atinge a juventude de seus segmentos religiosos e jovens interessados pelas pautas trabalhadas, criando setores representados pelas Equipes Nacionais. Como objetivos pressupõe uma prática pastoral com a formação integral do jovem em áreas como liderança participativa, Bíblia e Teologia, Ecumenismo; Formação

Cidadã; Ferramentas que auxiliem em trabalhos em grupos, na construção de uma cultura de paz (NUNES, 2008, p. 65)

O CMI (Conselho Mundial de Igrejas) também possui sua articulação jovem. Com sede em Genebra, constitui um organismo ecumênico que busca a unidade dos cristãos, mantendo a riqueza e a diversidade existentes dentro das diversas tradições, permitindo que haja cooperação entre elas. Para Kang (2008) A juventude neste cenário surge desde a conferência de 1910, com a participação de *stewards*. Com grandes desafios quanto as diferentes formas de organização e representatividade deste universo da juventude, se considera que os jovens possam e devam dar respostas às questões que norteiam também o universo eclesial e institucional.

Como iniciativa do FE Brasil ACT Aliança, espaço de diálogo e iniciativas conjuntas que incorpora instituições como CEBI, CECA, CESE, CESEP, CLAI Brasil, CONIC, KOINONIA, dentre outras de significativa trajetória ecumênica e social no Brasil, a partir de 2007 são realizadas Jornadas Ecumênicas nas regiões do nordeste, sul, sudeste, centro oeste. Em 2010, em Itaicí, São Paulo, a região norte integra-se ao processo. Nas discussões são propostas as juventudes presentes, a articulação de uma Rede de Juventude de caráter ecumênico, no Brasil. Surge a REJU, Rede Ecumênica da Juventude que visa um em ser espaço de redes regionais ecumênicas das juventudes, para a promoção dos direitos juvenis e no diálogo contra a intolerância. Reúne jovens representantes de diferentes localidades, movimentos, religiões e entidades (REJU, 2011, texto digital). Definem-se como:

[...] juventudes, gente de fé: apostamos na vida. Apostamos nas insurreições, nas subversões, nos caminhos revistos, refeitos. Somos gente ecumênica, gente que se mobiliza por uma paixão: construir uma casa-comum realmente habitável por todas as pessoas. Somos gente de diversas bandas e cantos, de distintas regiões do Brasil [...] (SOUZA, 2012, p.7)

Convém registrar que a articulação realizada pela REJU é de autonomia jovem. As atividades são dirigidas e coordenadas por jovens de 15 a 29 anos. Na presente caminhada, a REJU propõe o fortalecimento político das ações das juventudes, apoio e intercâmbio para a garantia de direitos das juventudes, o estímulo à capacitação e articulação das juventudes para que ocupem espaços de protagonismo em meio à institucionalidade governamental e não-governamental; ser

um organismo de debate e reflexão sobre a violação e superação dos direitos das juventude.

Assim, vislumbra-se um cenário de instituições históricas que caminham juntas com a proposta de Rede, de uma articulação, mas dinâmica que acompanhe a novos jeitos e olhares da organização juvenil. Para a REJU a é possível a articulação em redes. Uma organização que soma espaços e identidade visando iniciativas comuns. Registram-se desafios da REJU, na Carta de Salvador, dezembro de 2013:

O desafio posto a partir das novas configurações da sociedade e da ação política, passa pela capacidade de se articular lutas particulares com eixos de convergência e unidade; pela procura permanente de uma organização sustentada na horizontalidade, valorizando as conexões entre as pessoas, a lógica descentrada, a multiliderança, com outras comunidades de pertença e outras narrativas. O trabalho em rede mostra-se como uma capacidade de colocar comunidades e vivências de espiritualidade distintas, mas conectadas, na luta e promoção dos direitos das juventudes.

Pensada décadas antes de sua consolidação, a REJU atualmente é reconhecida no cenário político brasileiro por possibilitar e dar voz a juventude religiosa/ ecumênica, em contrapartida a um discurso fundamentalista, seja na Igreja e/ou sociedade que propõe retrocessos ao modelo democrático. Possibilitar o diálogo entre diferentes seja o pobre ao rico, da base à esfera institucional, dialogar entre universo o cristão, budista, judeu... Enfim possibilitar a diversidade. Este diálogo é possível, mesmo não sendo um caminho seguro ou fácil, no qual já se sinalizam conquistas, novas projeções e desafios.

4 Políticas públicas e a Juventude Ecumênica caminhos percorridos: conquista e desafios

Após o processo de redemocratização, desde 1990, Brasil possui intensa participação da sociedade civil, visto que a cada dia surgem novas iniciativas de organização social em torno das questões as mais diversas. Estas movimentações se fazem indispensáveis para entender o panorama político e a cultura política de nossos dias. Nas décadas de 80 e 90 houve o fortalecimento de alguns movimentos surgidos em décadas anteriores. Entre os principais movimentos sociais dos anos 90 há que citar: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o movimento sindical, as associações de moradores, o movimento estudantil, o movimento ecológico, o de direitos humanos, as comunidades eclesiais de base, o movimento

feminista, de homossexuais, de negros, de meninos e meninas de rua, salienta Schmidt (2000).

Entre as suas estratégias de mobilização, há presente a organização em massas, ou é possível notar a influência e apoio dos meios político e midiático, no qual, mesmo sem aglomerar grande número de pessoas possui peso e influência significativos, Schmidt (2000).

Limitamos a pontuar algumas das conquistas registradas pela REJU reconhecendo que a Rede é fruto da trajetória política e do processo democrático do Brasil, que atualmente possui conexões aos contextos sociais do interior a cidade (centro e periferia), nas universidades, nas igrejas e espaços de fé, e no Estado.

Junto a isto convém ressaltar que os movimentos sociais e Terceiro Setor crescem paralelamente à crise do Estado, buscando efetivar direitos e suprir carências deixadas pela ausência da máquina estatal. Sua contribuição está em oportunizar novos indicativos de cidadania.

Como enfatiza Schimidt (2000) sua importância para o processo de socialização política está tanto na difusão de novos enfoques sobre aquilo que lhes é específico (reforma agrária, questão da mulher, da ecologia...), como nos elementos de uma nova cultura política. Entre os valores políticos difundidos estão à ênfase na democracia, as práticas participativas, a rejeição do elitismo e as relações hierárquicas, a solidariedade e cooperação, a valorização da realidade e comunidade local, a ênfase nos direitos humanos e na afetividade e a rejeição do machismo.

A Rede Ecumênica da Juventude, atualmente junto a espaços de diálogo com instituições eclesiais e organizamos ecumênicos e Academia, ganha espaço representativos juntos a coordenações, comitês, grupos de trabalho e conselhos de juventude. Mas ressalta-se que suas conquistas são possíveis diante da articulação realizadas nos variados municípios em 13 Estados do Brasil.

O nível nacional, juntamente ao FE Brasil ACT Aliança, contribuindo com a proposta da incidência pública se reforçaram três grandes desafios eleitos no encontro de 2013 como a plataforma da reforma política, a discussão sobre o Estado laico e o fortalecimento do movimento ecumênico como agente de defesa dos direitos humanos e construção de uma pauta interativa com a sociedade (SCHINEIDER, 2013, texto digital).

Convém pontuar a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, pela implantação da Política Nacional de Juventude (PNJ), regulamentado pelo decreto presidencial nº 5.490, de 14 de Julho de 2007, que possui a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, (CONJUVE, 2013).

A partir de 2010 a REJU ocupa, na cadeira de Redes e Fóruns, o CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude - que tem o papel de:

[...] assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação das diretrizes da ação governamental, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (Conselhos de Juventude, fortalecendo diálogos, promovendo direitos apud SOUZA, 2012).

Como resultados comemora-se em abril de 2013 a aprovação do Senado ao Estatuto da Juventude (PLC 98/2011), que estabelece direitos para pessoas de 15 a 29 anos. Com 48 artigos, a proposta assegura à população dessa faixa etária, cerca de 52 milhões de brasileiros, acesso a educação, profissionalização, trabalho e renda, além de determinar a obrigatoriedade de o estado manter programas de expansão do ensino superior, com oferta de bolsas estudos em instituições privadas e financiamento estudantil (Senado Federal, 2012, texto digital).

Como princípio está assegurado art. 2º do Estatuto da Juventude:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Para as mobilizações envolvidas o estatuto representa um reconhecimento do Estado a trajetória da juventude e normatiza propostas de proteção e garantia de Direitos a partir de deferentes representações juvenis.

Destaca-se ainda a Resolução 16-18, da ONU, que no Brasil cria, em 2011, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos/ Presidência da República, o

Comitê de Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, reforçando os desafios e a necessidade de os Estados membros enfrentarem a intolerância religiosa.

Em 2014 foram nomeados 20 representantes, sendo dez suplentes e dez titulares, para debater garantias à liberdade religiosa, entre eles está a facilitadora da REJU-Sul. Dentre os objetivos instituídos pela portaria nº 18, de 20 de janeiro de 2014 intui-se: promover o reconhecimento da diversidade religiosa do país e defender o direito à liberdade de crença e convicção; auxiliar e propor iniciativas, ações e políticas de enfrentamento à intolerância por motivo de crença ou convicção; contribuir no estabelecimento de estratégias de respeito à diversidade e à liberdade religiosa e do direito de não ter religião, da laicidade do estado e do enfrentamento à intolerância religiosa.

Como peculiaridade, o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa/ Secretária dos Direitos Humanos/ Presidência da República não é composto por representantes de religiões, e sim por estudiosos da religiosidade. O objetivo foi “de agregar pessoas que tivessem capacidade de diálogo com diferentes crenças para estimular uma integração” (BRANDÃO, 2014, texto digital).

Em meio às demandas atuais a REJU articula-se a Jornada de lutas da Juventude Brasileira na qual propõe com pautas “o plebiscito popular pela reforma política, a democratização da mídia, o fim do extermínio da juventude negra, a desmilitarização da polícia e os 10% do PIB para a educação” (UNE, 2014, texto digital).

A Jornada Nacional de Lutas da Juventude Brasileira é organizada anualmente, por movimentos sociais e políticos e estudantis. Dialoga visando melhorias na educação, na cidade e no campo; como no transporte público; nas condições de trabalho. Ainda evidenciem a triste realidade do país quanto ao extermínio da juventude, principalmente os negros e negras. Em 2013, as marchas foram realizadas em 22 capitais e várias cidades do interior do Brasil, (UNE, 2014, texto digital).

Diante deste panorama sinalizam-se desafios das juventudes:

[...] aos desafios das juventudes e incidência política na garantia de direitos partilhamos nossas perspectivas. O enfrentamento à violência contra a juventude negra, a desmilitarização da polícia, o patriarcado, a homofobia, a intolerância religiosa, a democratização dos meios de comunicação, a luta do povo negro e as “jornadas de junho” foram temas pontuais e importantes levantados em nosso encontro. Como destaque, sinalizamos que as intolerâncias e injustiças ferem a nossa casa-comum e são estruturadas a

partir de um tripé: patriarcado, racismo e capitalismo (REJU, Carta de Salvador, 2014, texto digital).

Aponta-se que ambiguidade das experiências religiosas, podem legitimar estas intolerâncias e injustiças que estruturam a nossa sociedade, como podem trazer caminhos para a promoção de direitos e a construção de outros modos de viver, guiando-se a partir de distintas espiritualidades, como reconhece as experiências vivenciadas pela REJU.

5 Considerações Finais

O movimento ecumênico se renova através das distintas formas de organizações de juventude que se reconhecem como fruto de uma trajetória histórica de grande luta a favor de uma participação democrática.

A contribuição da educação popular, que traz em sua essência a autonomia a protagonismo jovem, é tomada como iniciativas que tornam possíveis a melhoria social, no que também visa o fortalecimento de uma identidade Latino Americana, quando potencializam sujeitos a vislumbrarem novos olhares e alternativas de transformação social.

Há nova interpretação de ecumenismo com protagonismo da juventude presenciado em diferentes contextos que não possuem a intenção de trabalhar de formas separadas. Pelo contrário, mesmo sendo diferentes, ao encontrar desafios comuns e projeções semelhantes, diante de um cenário que coloca as juventudes a margem de uma ação efetiva é na diversidade de convicções e maneiras de ser e pensar que iniciativas são propostas em Rede, rompendo com preconceitos. Proporciona-se uma convivência comum em torno da diversidade. Com o reconhecimento a alteridade, a voz comum se faz diante da busca pela justiça que requer o respeito todos e todas.

Encontrando possibilidades e mecanismos de diálogo, com diferentes setores da sociedade é possível reconhecer que a juventude ecumênica busca legitimidade e reconhecimento social com a incidência pública em parceria com o Estado, Organizações Ecumênicas, Movimentos Sociais, na construção de políticas públicas para a Juventude e com demandas assumidas em conjunto com diversos setores.

Claro, o artigo não finaliza sua abordagem, pois nem mesmo está a sua intenção. Como primeira análise, se apresentou um breve contexto de juventude que está disposta em várias regiões do Brasil e que assumem desafios coletivos em sua

localidade, somado a representatividade em nível nacional. Depende de uma discussão mais profunda e complexa para considerarmos qual a real articulação, inserção das juventudes e quais as críticas internas também suscitadas nas instituições e movimentos sociais atualmente. Os debates são apurados, e a intenção diante dos desafios os motiva a uma constante mudança, que é benéfica, parte da dinâmica e processo dos jovens.

Enfim, nota-se que a juventude ecumênica possui a capacidade de transitar diversos setores e oxigenar as estruturas estabelecidas.

No momento se consolidam parcerias e se presenciavam uma nova forma de participação política com prioridades sendo normatizadas e garantidas. Um futuro próximo condiciona ao passo seguinte: tornar efetiva as pautas e compromissos propostos.

Referências

BECKER, Claudio. Protagonismo e Empoderamento Juvenil. In: LINDENAU, Maribel; MOTA, Sônia Gomes (orgs.). **Travessias e Horizontes do Ecumenismo: Histórias e Desafios do Movimento Ecumênico**. São Leopoldo: Contexto Gráfica e Editora, 2008. Publicação do Curso de Formação em Ecumenismo. São Leopoldo – RS 24 e 25 de maio de 2008.

BRANDÃO, Marcelo. Integrantes do Comitê de Diversidade Religiosa são nomeados. Publicado em 20/01/2014. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/900695>>. Acesso em: 21 abr. de 2014. BRASIL. **Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Centro de Assessoria Multiprofissional (CAPM), 2013.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso: 21 abr. de 2014.

BRASIL. **Senado Federal**. Senado aprova Estatuto da Juventude. Publicado em 16/04/2013. Disponível em:<<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/04/16/senado-aprova-estatuto-da-juventude>> . Acesso em: 21 abr. 2014.

BRASIL. Portaria nº 18, de 20 de janeiro de 2014. **Diário Oficial da União**. Disponível em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=31%2F01%2F2014>> . Acesso em: 21 de abr. de 2014.

BOFF, Leonardo. **A oração de São Francisco**: Uma mensagem de paz para o mundo atual. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CONIC, CESE, CLAI e INESC. Declaração Pública. Compromisso coletivo pela democracia Brasil: Ditadura Nunca Mais. Disponível em: <<http://www.cese.org.br/site/ecumenico/cese-conic-clai-e-inesc-lancam-declaracao-conjunta-pela-democracia/>> Acesso: 19 abr. 2014.

CHAMORRO Graciela. Raízes ameríndias da teologia na América Latina. In: SCHINELO, Edmilson; CHAMORRO Graciela; ZITKOSKI, Jaime José. **Teologia da Libertação e Educação Popular**: Raízes e Asas. São Leopoldo: Conexão Gráfica, 2010.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude. **Sobre o CONJUVE**, Brasília, DF, maio 2013. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/sobre>>. Acesso em: 27 maio 2013.

FE BRASIL. Fórum Ecumênico do Brasil. **Portal Ecumênico**, Porto Alegre, maio 2011. Disponível em: <<http://www.portalecumenico.net/articulacoes-detalhe.asp?cod=7>>. Acesso em: 20 de abr. de 2014.

MOTA, Gomes Sonia. Cronologia básica do movimento ecumênico. In: LINDENAU, Maribel; MOTA, Sônia Gomes (orgs.). **Travessias e Horizontes do Ecumenismo**: Histórias e Desafios do Movimento Ecumênico. São Leopoldo: Contexto Gráfica e Editora, 2008. Publicação do Curso de Formação em Ecumenismo. São Leopoldo – RS 24 e 25 de maio de 2008.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NUNES, Renata da Silva. O papel da Juventude no CLAI. In: LINDENAU, Maribel; MOTA, Sônia Gomes (orgs.). **Travessias e Horizontes do Ecumenismo**: Histórias e Desafios do Movimento Ecumênico. São Leopoldo: Contexto Gráfica e Editora, 2008. Publicação do Curso de Formação em Ecumenismo. São Leopoldo – RS 24 e 25 de maio de 2008.

PADILHA, Anivaldo. **Ato Público de repatriação dos Documentos do Projeto Brasil Nunca Mais**. Reflexões sobre medidas de verdade: Do Brasil Nunca Mais a uma Comissão da Verdade. Disponível em: <http://www.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo_Padilha_Depoimento.pdf>. Acesso em: 19 de abr. 2014.

PERONDI, Mauricio. Protagonismo Juvenil: um conceito em disputa. **Revista Redemoinho**, Rio Grande do Sul, Brasil. ed. 17, junho de 2012. São Leopoldo: Gráfica Odisséia.

REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE. A Rede, Rio de Janeiro, 20 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.reju.org.br/rede.asp>> Acesso em: 20 abr. de 2014.

_____. Fe Brasil, Rio de Janeiro, 20 abr. 2014. Disponível em:<
<http://www.reju.org.br/febrasil.asp>>. Acesso em: 21 abr. de 2014.

_____. Carta de Salvador: Encontro Nacional da REJU. Publicado em
11/12/2013. Disponível em:<<http://redeecumenicadajuventude.org.br/noticias-conteudo.asp?cod=1641>>. Acesso em: 21 de abr. de 2014.

REJU Sul. REJU participa da XIII Assembleia regional da FUMEC ALC. Disponível em: <<http://rejusul.blogspot.com.br/2013/04/reju-participa-na-xiii-assembleia-fumec.html>>. Acesso em: 21 de abr. de 2014

SCHINELO, Edmilson. Ecumenismo, Pluralidade e Reconstrução do Sonho. In: LINDENAU, Maribel; MOTA, Sônia Gomes (orgs.). **Travessias e Horizontes do Ecumenismo: Histórias e Desafios do Movimento Ecumênico**. São Leopoldo: Contexto Gráfica e Editora, 2008. Publicação do Curso de Formação em Ecumenismo. São Leopoldo – RS 24 e 25 de maio de 2008.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos anos 1990: um Estudo de Socialização Política no Brasil**. 2000. 392 f. Tese (Pós-Graduação em Ciência Política requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciência Política) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, outubro de 2000.

SCHNEIDER, Marcelo. Fórum ecumênico analisa conjuntura brasileira e lança desafios. Publicado em 22/08/ 2013. Disponível em:
<<http://www.conic.org.br/cms/noticias/495-forum-ecumenico-analisa-conjuntura-brasileira-e-lanca-desafios-de-incidencia-publica>> Acesso em: 21 de abr. de 2014.

SOUZA, Daniel (org). **Juventude e Justiça Socioambiental: perspectivas ecumênicas** São Leopoldo: CEBI, CLAI, 2012.

SOUZA, Daniel. REJU no CONJUVE. Publicado em 18/7/2012. Disponível em:
<http://www.redeecumenicadajuventude.org.br/noticias-conteudo.asp?cod=1494>. Acesso em: 21 abr. de 2014

_____. REJU na Jornada de Lutas da Juventude Brasileira. Disponível em:<
<http://www.reju.org.br/noticias-conteudo.asp?cod=1557>>. Acesso em: 21. Abr. 2013
TEIXEIRA. Anderson Vichinkeski. Resenha: Dificil tolerância, de Yves Charles Zarka: A Dificil tolerância: a coexistência de culturas em regimes democráticos
.Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), Unisinos, São Leopoldo, Brasil. nº julho-dezembro de 2013. p. 204-205,

THOMASSIM, Edson André Cunha. Ousadia, coragem e Novidade. In: LINDENAU, Maribel; MOTA, Sônia Gomes (orgs.). **Travessias e Horizontes do Ecumenismo: Histórias e Desafios do Movimento Ecumênico**. São Leopoldo: Contexto Gráfica e Editora, 2008. Publicação do Curso de Formação em Ecumenismo. São Leopoldo – RS 24 e 25 de maio de 2008.

VIEIRA, Zaira Rodrigues. Uma análise do pensamento social de Leonardo Boff no período áureo da Teologia da Libertação. **Revista Visionsi LatinoAmericane,**

Trieste, Itália. n6. jan. 2012. Disponível em: <
http://www.openstarts.units.it/dspace/bitstream/10077/5826/1/RodriguesVieira_Visioni_LA_6_2012.pdf>. Acesso em: 19 abr.2014.

UNE. Movimentos de juventude se reúnem e planejam jornada de lutas em 2014. Disponível em: < <http://www.une.org.br/2014/01/movimentos-de-juventude-se-reunem-e-planejam-jornada-nacional-de-lutas-2014/>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação Popular: raízes históricas e temas emergentes. Uma leitura a partir de Freire. In: SCHINELO, Edmilson; CHAMORRO Graciela; ZITKOSKI, Jaime José. **Teologia da Libertação e Educação Popular: Raízes e Asas**. São Leopoldo: Conexão Gráfica, 2010.

KANG, Thomas H. O papel da juventude do CMI. In: LINDENAU, Maribel; MOTA, Sônia Gomes (orgs.). **Travessias e Horizontes do Ecumenismo: Histórias e Desafios do Movimento Ecumênico**. São Leopoldo: Contexto Gráfica e Editora, 2008. Publicação do Curso de Formação em Ecumenismo. São Leopoldo – RS 24 e 25 de maio de 2008.